

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.794.379 - SP (2019/0024075-5)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : **WASSERLINK SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA**  
**ADVOGADOS** : **PEDRO WANDERLEY RONCATO E OUTRO(S) - SP107020**  
                  **MÁRIO SÉRGIO MARTINEZ LUONGO - SP292056**  
**RECORRIDO** : **FAZENDA NACIONAL**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por WASSERLINK SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA, em 10/02/2017, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

"AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ANULATÓRIA. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. PRESCRIÇÃO. EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DO PIS, COFINS, IRPJ E CSLL. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A decisão agravada foi proferida em consonância com o entendimento jurisprudencial do C. STJ e desta E. Corte, com supedâneo no art. 557, do antigo CPC, inexistindo qualquer ilegalidade ou abuso de poder.

2. A constituição do crédito tributário, nos casos de tributos sujeitos a lançamento por homologação, se dá com a data do vencimento ou com a entrega da declaração pertinente, o que ocorrer posteriormente. Em hipótese de omissão, o fisco dispõe do direito de realizar o lançamento de ofício, no prazo de cinco anos para a constituição do crédito tributário, a teor dos artigos 149, II e III, e 150, § 4º, ambos do Código Tributário Nacional.

3. Reiniciado o prazo em 01.07.2011, não há que se falar em prescrição, uma vez que Execução Fiscal foi ajuizada em 23.09.2013, antes de transcorrido o quinquênio, conforme dispõe o art. 174, do Código Tributário Nacional.

4. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, especificamente sobre o tema em debate, pacificou sua orientação sobre o tema em discussão nos autos, no julgamento do REsp nº 1144469/PR, realizado em 10.08.2016, Relatoria do Min. Napoleão Nunes Maia Filho, sendo Relator do acórdão o Min. Mauro Campbell Marques, sob a sistemática dos recursos repetitivos prevista no art. 1036 do CPC, segundo informação extraída da página eletrônica da referida Corte Superior, no sentido da possibilidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS por considerar que o seu montante faz parte do conceito de receita ou faturamento.

5. O Superior Tribunal de Justiça por meio da edição das Súmulas nº

68 e nº 94, reconheceu a possibilidade da inclusão do ICMS na base de cálculo das exações.

6. Quanto à inclusão do ICMS na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, do contribuinte optante pelo regime de lucro presumido, observo que a matéria foi enfrentada no âmbito do E. STJ momento em que rechaçou a tese ora esposada pela recorrente.

7. Agravo improvido" (fls. 366/367e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 110 e 174 do CTN, sustentando o seguinte:

"A recorrente aderiu ao parcelamento denominado PAEX e realizou o último pagamento em 28/02/2007, ou sejam, em 28/04/2007 estava excluída do referido parcelamento e a contagem do prazo prescricional dos débitos se reiniciou, não tendo ocorrido, deste então, nenhuma causa suspensiva ou interruptiva do prazo prescricional.

Data venia, após aproximadamente 6 (seis) anos, a contar da data da exclusão do parcelamento PAEX, os débitos ora cobrados foram inscritos em dívida, ou seja, em 14/05/2013 e 25/06/2013.

Como é de conhecimento, a Medida Provisória nº 303/2006, que instituiu o referido parcelamento, é considerado rescindido quando verificada a inadimplência do sujeito passivo por dois meses consecutivos ou alternados, e independente de notificação prévia, implicando na exigibilidade do débito e sua remessa para inscrição em dívida ativa,:

(...)

Não merece prosperar as alegações que afirmam não ter havido a prescrição, sob o fundamento de que a data considerada para os efeitos da exclusão do PAEX é 17/10/2009 e não em abril de 2007 (dois meses após o último pagamento).

Ora, desde o início, a recorrente demonstrou que o último pagamento do PAEX foi em 28/02/2007 e, portanto, a contagem do prazo prescricional recomeçou a partir da exclusão da autora do Parcelamento, ou seja, a partir de 28/04/2007 (dois meses após o pagamento da última parcela, com base no artigo 7 da MP 303/2006). Inclusive, nesse sentido é o Parecer (já anexado aos autos), emitido pelo Procurador da Fazenda Nacional - PGFN/CDA/Nº496/2009, o qual orienta as Unidades da Procuradoria - Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria da Receita Federal do Brasil com relação ao marco inicial para o reinício da contagem do prazo prescricional, qual seja, 'a data em que se configurou o descumprimento do acordo pelo contribuinte, em que ele incorreu em uma das hipóteses em que a lei prevê a rescisão do parcelamento'.

Ato subsequente, em total discordância com a informação de que houve a adesão à opção pelo parcelamento da Lei nº 211.941/2009, a recorrente insurge-se para esclarecer que não aderiu ao parcelamento da respectiva lei.

O artigo 15, abaixo transcrito, dispõe que:

(...)

Ou seja, pelo transcrito é possível constatar que após a formalização do requerimento de adesão, o contribuinte deverá ser intimado para indicar os débitos a serem parcelados, bem como para indicar o número de parcelas e o montante de prejuízo fiscal a ser utilizado para o cálculo do valor da parcela, ocorrendo, assim, a consolidação do parcelamento.

Ocorre que a recorrente não aderiu EM NADA a este parcelamento. A suposta adesão é automática pelo sistema e não depende de qualquer manifestação da parte, o que não pode ser utilizado aqui para fins de contagem/interrupção da prescrição!!! Ou seja, em momento algum a autora indicou referidos débitos para consolidar o parcelamento da Lei nº 11.491/2009.

Não houve portanto, a intenção/vontade da recorrente em aderir, relativamente a esses débitos, ao Parcelamento da Lei nº 11.941/2009, razão pela qual não houve a consolidação desse parcelamento.

Nesse sentido, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região se manifestou:

(...)

Inclusive, cinge-se esclarecer que quanto as condições estabelecidas no parcelamento, a recorrente não cumpriu as condições previstas no artigo 15 da Lei nº 11.941/2009 para que pudesse aderir ao citado parcelamento. A própria recorrida afirma na contestação que se o contribuinte não preencher as condições estabelecidas no parcelamento não pode aderir ao sistema simplificado.

Importante frisar que a recorrida não trouxe qualquer comprovação nos autos da suposta adesão da autora ao Parcelamento da Lei nº 11.941/2009. Não há sequer informação de pagamento de qualquer parcela deste parcelamento e, conforme dispõe o parágrafo 32 do art. 12 da Portaria Conjunta 06/2009 que regulamentou este parcelamento, o requerimento (ainda que eletrônico) só terá efeito quando do pagamento da primeira parcela.

Observa-se, assim, que o último pagamento do PAEX foi em 28/02/2007 e NÃO houve a adesão dos débitos ora discutidos no parcelamento da LEI 11.941 em 2009, ou seja, o prazo prescricional foi interrompido pela adesão ao Parcelamento denominado PAEX e a contagem do prazo prescricional recomeçou a partir da exclusão da autora do Parcelamento, ou seja, a partir de 28/04/2007 (dois meses após o pagamento da última parcela, com base no artigo 7º da MP 303/2006).

Desta forma, tendo em vista que não houve nenhuma causa de interrupção da contagem do prazo prescricional de 28/04/2007 até a presente data pode-se concluir pela prescrição da totalidade dos débitos exigidos.

Nesse sentido é o entendimento majoritário dos nossos tribunais, senão vejamos:

(...)

Salienta-se que as datas de início de contagem de prescrição, decadência e de interrupção são matérias exclusivas de legislação própria, previstas no Código Tributário Nacional que, para serem alteradas demandam de quorum específico.

Ou seja, são regras processuais que não podem ser alteradas, mas sim prescrições legais a serem cumpridas, até porque, se tais regras podem sofrer alterações sem lei específica, os princípios constitucionais da legalidade e, principalmente, da segurança jurídica, ficam completamente comprometidos.

Nota-se, portanto, que os débitos ora discutidos foram INTEGRALMENTE atingidos pela prescrição haja vista que mais de cinco anos se passaram desde a data da exclusão da autora do parcelamento PAEX (28/04/2007) até a presente data.

Cumprе ressaltar, inclusive, que a mera inscrição em dívida ativa não tem o condão de interromper a contagem do prazo prescricional, conforme se observa do artigo 174 do CTN.

Ademais, houve ajuizamento de Execução Fiscal, apenas, em 23/09/2013.

Desta forma, diante da prescrição da totalidade dos débitos cobrados e, diante da ausência de Execução Fiscal proposta, requer seja reformado o v. acórdão recorrido para que seja decretada a nulidade das CDA's nº 80 6 13 010577-59 (COFINS); nº 80 2 13 003132-99 (IRPJ); nº 80 6 13 010578-30 (CSLL); nº 80 7 13 005420-65 (PIS), e a extinção dos débitos tributários exigidos, tendo em vista a cobrança indevida de tributos atingidos integralmente pela prescrição.

**111.2 - DA EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DOS TRIBUTOS EM QUESTÃO (PIS, COFINS, IRPJ E CSLL).**

Com relação à exclusão do ICMS da base de cálculo dos tributos em questão, a r. decisão monocrática afirma que 'sendo o ICMS parte integrante do preço da prestação de serviço ou da venda da mercadoria, no caso do ICMS, razão pela qual esta exação se caracteriza como receita empresarial, motivo pelo qual não pode ser excluído da base de cálculo do PIS e COFINS', aplicando, ainda, as Súmulas 68 e 94 do STJ ao presente caso.

Quanto à inclusão do ICMS na base de cálculo do IRPJ e da CSLL assevera que restou atestada a submissão a mesma lógica da inclusão na base de cálculo do PIS/COFINS, eis que o ICMS integra

o montante da receita bruta do período de apuração.

Não obstante as razões expostas pelo Exmo. Relator, incabível o julgamento do Recurso, relativamente a este ponto, nos termos do caput do artigo 557 do Código de Processo Civil, pois a decisão definitiva a respeito do tema nos Tribunais Superiores ainda se encontra em amplo debate, existindo inclusive posicionamento contrário ao apresentado no presente caso, conforme restará demonstrado.

Inicialmente, cumpre salientar que a discussão a respeito da exclusão do ICMS não é nova em relação ao PIS/COFINS, sendo necessário destacar que, a matéria aqui debatida encontra-se com repercussão geral reconhecida no Recurso Extraordinário nº 574.706 como se verifica, in verbis:

(...)

Pois bem, conforme é sabido, o PIS e a COFINS foram instituídas pela LC n. 7/70 e 70/91, respectivamente, tendo como base de cálculo o faturamento.

Com o advento da Lei nº 9.718/98, a base de cálculo dessas contribuições foi ampliada para receita bruta, isto é, para o somatório de todas as receitas, sejam elas operacionais, como as receitas de faturamento, sejam as não operacionais, como as receitas financeiras.

Note-se, que neste momento, os conceitos de faturamento e receita foram equiparados e, por este motivo fora declarado inconstitucional o dispositivo da Lei 9.718/98 que definia faturamento como a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente da classificação contábil adotada.

Ao tratar da contribuição em comento, a Constituição Federal (após EC 20/98), em seus artigos 149 e 195, I, 'b', dispõe que essa será devida pelo empregador, cuja base de cálculo deve ser a receita ou o faturamento.

Posteriormente, as Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003 elegeram somente o 'faturamento' como hipótese de incidência do PLS e da COFINS.

Pois bem. Diante da delimitação da contribuição em tela pela Carta Maior, definiu-se, também, a base de cálculo respectiva, que somente pode ser: a receita ou o faturamento.

Assim, havendo disposição constitucional, outra não pode ser a base de cálculo, vez que tais prescrições dizem com a competência tributária da União, não podendo esta legislar fora destes contornos.

Contudo, as Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003 ao preverem a base de cálculo das contribuições, incorreram em ilegalidades já que mantiveram o ICMS no cômputo dos tributos, alterando, assim, o conceito de 'faturamento', o que é vedado expressamente pelo artigo 110 do Código Tributário Nacional.

O vocábulo 'faturamento' aponta para um negócio jurídico advindo de uma operação mercantil pela qual se percebe valores que ingressarão nos cofres daqueles que vendam mercadorias ou prestam serviços a terceiros.

Note-se que não é toda e qualquer receita auferida pela empresa que deve constituir receita tributável, os ingressos precisam integrar o patrimônio do contribuinte, de modo a representar um acréscimo, ou seja, deve configurar uma receita definitiva e não transitória.

Desta forma, é inaceitável que se considere o ICMS como faturamento, já que a empresa não fatura impostos, já que estes não representam nenhum tipo de acréscimo patrimonial. O que de fato ocorre é que a empresa recebe o quantum, incidente sobre a mercadoria ou serviço que vende ou presta, para repassá-lo às burras estatais. Não é dinheiro seu, é do Estado -membro ou do Distrito Federal. Não é faturamento nem receita, é repasse. REPASSE ESTE QUE ESTÁ SOFREDO TRIBUTAÇÃO PELO FISCO FEDERAL!!!

Assim não pode haver a inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições referentes ao PIS/COFINS, uma vez que sua base de cálculo é a receita bruta e o ICMS é despesa!!

Destaca-se que o Egrégio Supremo Tribunal Federal, ao analisar a questão, assim já decidiu, conforme se denota do julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 240.785/MG:

(...)

Nesse sentido, adotando o entendimento do julgado acima, o Superior Tribunal de Justiça, proferiu decisão no Ag no REsp 593.627, in verbis:

(...)

Note-se, que o Colendo Tribunal adotou o posicionamento exarado no Recurso Extraordinário nº 240.785 -MG, já mencionado, cujo qual entendeu pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS e revertendo, ainda a jurisprudência sedimentada há mais de 20 anos no tribunal, cuja qual é objeto das Súmulas 68 e 94, as quais embasam o agravo retido interposto.

Se não bastasse, inúmeras são as decisões no mesmo sentido, in verbis:

(...)

Note-se que a jurisprudência está no sentido de reconhecer que o ICMS não compõe o faturamento da empresa, razão pela qual não pode ser incluído na base de cálculo do PIS e da COFINS e, consequentemente, do IRPJ e CSLL, por se aplicar a mesma sistemática.

Conforme se verifica, a matéria ainda não foi decidida pelo E. STF, sendo que as decisões proferidas recentemente são exatamente no sentido de reconhecer a inconstitucionalidade e ilegalidade da

inclusão do ICMS na base de cálculo dos tributos em questão (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL), razão pela qual o v. acórdão merece ser reformado" (fls. 377/396e).

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial "para reformar o v. acórdão, reconhecendo-se, via de consequência, a violação à legislação federal, para que se reconheça o a prescrição dos créditos tributários em tela, contudo, caso este não seja o entendimento, deve ser reconhecida a ilegalidade da inclusão do ICMS na base de cálculos das contribuições em comento" (fl. 396e).

Contrarrazões a fls. 402/406e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 417/418e).

A irresignação não merece conhecimento.

De início, em relação ao art. 174 do CTN, tem-se que o Tribunal de origem afastou a alegação de prescrição consoante os seguintes fundamentos:

"No caso em tela, a parte autora insurge-se contra a exigência, pela União, de débitos referentes à Cofins, IRPJ, CSLL e PIS, inscritos em dívida ativa sob os n°s 80.6.13.010577-59 (fls. 85 a 91), 80.2.13.003132-99 (fls. 111, 112), 80.6.13.010578-30 (fls. 136, 137) e 80.7.13.005420-65, vencidos entre 15.02.2005 e 14.11.2005, sustentando ocorrer a exclusão de programa de parcelamento em 28.04.2007.

Entretanto, a documentação apresentada pela própria parte demonstra que a exclusão ocorreu apenas em 17.10.2009 (fls. 71, 102, 127 e 144), havendo pedido de parcelamento por meio da Lei 11.941/09 em 10.11.2009 (fls. 148), relativo à totalidade dos débitos (fls. 99, 129); não prestadas as informações necessárias à consolidação do parcelamento (fls. 78, 98, 126, 148), reiniciou-se o prazo prescricional em 01.07.2011 (fls. 126). A parte autora ainda protocolou em 27.07.2011 pedido de revisão para consolidação do parcelamento, em razão da perda de prazo (fls. 133), indeferido administrativamente em 24.02.2012 (fls. 134). Posteriormente, os débitos foram inscritos às datas de 14.05.2013 (fls. 216, 220) e 25.06.2013 (fls. 222).

Notório que a constituição do crédito tributário, nos casos de tributos sujeitos a lançamento por homologação, se dá com a data do vencimento ou com a entrega da declaração pertinente, o que ocorrer posteriormente. Em hipótese de omissão, o fisco dispõe do direito de realizar o lançamento de ofício, no prazo de cinco anos para a constituição do crédito tributário, a teor dos artigos 149, II e III, e 150, § 4º, ambos do Código Tributário Nacional.

Ora, reiniciado o prazo em 01.07.2011, não há que se falar em prescrição, uma vez que Execução Fiscal foi ajuizada em 23.09.2013, antes de transcorrido o quinquênio, conforme dispõe o art. 174, do

Código Tributário Nacional" (fl. 356e).

Nesse contexto, os argumentos utilizados pela parte recorrente – no sentido de que não teria havido adesão ao parcelamento da Lei 11.941/2009 – somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

"TRIBUTÁRIO. PRESCRIÇÃO. ADESÃO A PROGRAMA DE PARCELAMENTO. INTERRUÇÃO. SÚMULA 7 DO STJ.

O Superior Tribunal firmou orientação jurisprudencial no sentido de que a adesão a programa de parcelamento de crédito fiscal ou o seu mero requerimento, mesmo que indeferido o pedido, são causas de interrupção da contagem do prazo prescricional, por configurarem inequívoca confissão extrajudicial do débito, nos termos do art. 174, parágrafo único, IV, do CTN.

Hipótese em que a Corte a quo afastou a alegação de prescrição dos débitos em debate, sob o fundamento de que a documentação juntada aos autos é suficiente para comprovar que a recorrente esteve em programa de parcelamento até 13/07/2012, quando ocorreu a sua exclusão formal.

Nesses termos, o acórdão recorrido decidiu a questão ventilada com base na realidade que se delineou à luz do suporte fático-probatório constante nos autos, cuja revisão é inviável no âmbito do recurso especial, ante o óbice estampado na Súmula 7 do STJ.

Agravo interno desprovido" (STJ, AgInt no AREsp 954.491/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 15/03/2018).

Quanto ao art. 110 do CTN, verifica-se que não houve análise pelo Tribunal **a quo** do referido dispositivo. Por simples cotejo das razões recursais e dos fundamentos do acórdão recorrido, percebe-se que o dispositivo invocado não foi apreciado no voto condutor, sequer de modo implícito, não tendo servido de fundamento à conclusão adotada.

Diante desse contexto, a pretensão recursal esbarra em vício formal intransponível, qual seja, da ausência de prequestionamento – requisito viabilizador da abertura desta instância especial –, atraindo, por analogia, o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada"), na espécie.

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, não basta que o recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal. É necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de



valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não, ao caso concreto.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REGRESSIVA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. (...).

1. **A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.**

2. (...).

7. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.152.254/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe de 18/05/2018).

Mesmo que superado esse óbice, observa-se que o dispositivo apontado como violado possui comando normativo insuficiente para infirmar as conclusões do Tribunal de origem, razão pela qual tem aplicação, por analogia, a Súmula 284/STF, segundo a qual "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Nessa linha:

"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. TEMPO ESPECIAL. CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL EM COMUM. **AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO NO DISPOSITIVO INDICADO. SÚMULA N. 284/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

I - **Incide o óbice do enunciado n. 284 da Súmula do STF quando os dispositivos indicados como violados não contêm comando normativo capaz de sustentar a tese deduzida e infirmar a validade dos fundamentos do acórdão regional recorrido.**

II - Ressalte-se, ainda, que a decisão proferida pela Corte de origem está em consonância com decisão recente do Supremo Tribunal Federal, Tema n. 772, no sentido de que a conversão de tempo especial em comum na função de magistério só é possível até o advento da Emenda Constitucional n. 18/81.

III - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.675.309/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/02/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. (...). **AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO EM DISPOSITIVO LEGAL APTO A SUSTENTAR A TESE RECURSAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA,**

**DA SÚMULA N. 284/STF. SUSPENSÃO PELO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. IMPOSSIBILIDADE.**

(...)

**IV - A jurisprudência desta Corte considera deficiente a fundamentação do recurso quando os dispositivos apontados como violados não têm comando normativo suficiente para infirmar os fundamentos do aresto recorrido, circunstância que atrai, por analogia, a incidência do entendimento da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal.**

V - (...)

VII - Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no REsp 1.442.780/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 04/08/2015).

**"(...). DISPOSITIVOS INFRACONSTITUCIONAIS SEM COMANDO SUFICIENTE PARA INFIRMAR AS CONCLUSÕES DO ACÓRDÃO RECORRIDO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA N. 284/STF.**

1. (...).

**2. Os dispositivos invocados nas razões de recurso especial não contêm comandos normativos capazes de alterar as conclusões do Tribunal de origem, atraindo a incidência da Súmula n. 284 do Pretório Excelso.**

(...)

5. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 366.866/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/11/2013).

Assinale-se, também, o não cabimento do Recurso Especial com base no dissídio jurisprudencial, pois as mesmas razões que inviabilizaram o conhecimento do apelo, pela alínea **a**, servem de justificativa quanto à alínea **c** do permissivo constitucional.

Ademais, a divergência jurisprudencial, com fundamento na alínea **c** do permissivo constitucional, exige comprovação e demonstração, providências não realizadas, **in casu**, uma vez que a parte não juntou certidão ou cópia de paradigma, nem citou o repositório oficial autorizado ou credenciado em que teria sido publicado, bem como deixou de realizar o cotejo analítico para delimitar as circunstâncias que demonstrassem a similitude fático-jurídica dos supostos casos confrontados, tendo se limitado à mera transcrição de ementa.

A propósito:

**"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. (...). RECURSO ESPECIAL. ALÍNEA 'C' DO PERMISSIVO**

CONSTITUCIONAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO. FALTA. DECISÃO MANTIDA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Nos termos dos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 (art. 541, parágrafo único, do CPC/1973) e do 255, § 1º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça - RISTJ, a divergência jurisprudencial com fundamento na alínea 'c' do permissivo constitucional requisita comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo como bastante a simples transcrição de ementas, sem realizar o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações. **Precedentes.**

3. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.193.816/CE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 17/04/2018).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MILITAR. PROMOÇÃO. PRESCRIÇÃO. **DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CARACTERIZADO.** DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DECISÃO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Não se conhece da divergência jurisprudencial, quando o recorrente não observa o disposto nos arts. 541, parágrafo único, do CPC e no art. 255, § 1º, 'a', e § 2º, do RISTJ, deixando de trazer aos autos o inteiro teor do julgado paradigma e de citar o repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que o acórdão divergente foi publicado.

2. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.496.185/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/05/2015).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho

adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

